



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2022

ARP nº 06/2022

PROCESSO nº. 0003243-55.2021.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 02/2022(SRP)

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893/SSP-RO e do CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **CLARO S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº. 40.432.544/0001-47, com sede na Rua Henri Dunant, 780 – Bairro Santo Amaro. São Paulo, SP – Brasil. CEP: 04.709-110. Telefone(s): (69) 2181-8195 / (69) 99225-6203 e E-mail(s): cristiano.silva@embratel.com.br, neste ato representada por **CRISTIANO MARCELO DA SILVA**, brasileiro, portador do RG nº. 24.434.477-2/SSP-SP e do CPF nº. 438.347.602-34, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1. Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

<i>Item da ARP</i>	<i>DESCRIÇÃO</i>	<i>Unidade</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Vlr. Unit. R\$</i>	<i>Vlr. total R\$</i>
	<i>Item 02 do Edital.</i> Pacote de serviços smp (voz, dados, sms, etc). Pacote de Serviços Empresarial Tipo I (Assinatura mensal de linha de voz, pós-pago, com	Unidade	5340	87,16	465.434,40

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01	tecnologia digital, e prestação de serviço de comunicação de dados com cobertura 3G/4G, com ligações locais (VC1) e LDN (VC2 e VC3) ilimitadas, envio de SMSs (limitados a 2.000 por mês), roaming nacional ilimitado, acesso à caixa postal / secretária eletrônica ilimitado, franquia mínima de dados de 20 GB e fornecimento de smartphone em regime de comodato, para atender todas as localidades com unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. CÓDIGO DO CATSER: 26387. Cobertura: Alta Floresta D'Oeste, Alvorada D'Oeste, Ariquemes, Buritis, Cacoal, Cerejeiras, Colorado do Oeste, Espigão D'Oeste, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Nova Brasilândia D'Oeste, Ouro Preto D'Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Presidente Médici, Rolim de Moura, Santa Luzia do Oeste, São Miguel do Guaporé e Vilhena. A descrição detalhada consta no edital de licitação respectivo e em seus anexos.				
Valor total da ARP, R\$					465.434,40

1.2. No Anexo VI do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição deste objeto, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.3. As quantidades deste objeto que vierem a serem adquiridas serão definidas na(s) respectiva(s) Nota(s) de Empenho e no(s) Contrato(s).

1.4. O prazo e a forma de execução, o local, as obrigações das partes, as penalidades, os termos, bem como as condições deste objeto constarão indicados no respectivo instrumento contratual e estarão em consonância com o disposto no edital de licitação respectivo e em seus anexos.

1.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.6. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.7. Após cumpridos os requisitos de publicidade, esta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis em caso de descumprimento.

1.8. No TRE-RO, a GESTÃO desta contratação será exercida pelo titular da Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação – COSEIC, E-mail: coseic@tre-ro.jus.br, telefone: (69) 3211.2266 e a Fiscalização Técnica desta contratação será exercida pela Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação – SEGOVTIC, E-mail: coseic@tre-ro.jus.br, telefone: (69) 3211.2246.

1.9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 23 de fevereiro de 2022.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

**CRISTIANO MARCELO
DA SILVA**

Pela Adjudicatária Fornecedor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva

CPF: 567.849.102-49

Testemunha

Roberto Cavalcanti

CPF: 255.812.874-49

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/02/2022, às 13:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO MARCELO DA SILVA, Usuário Externo**, em 23/02/2022, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/02/2022, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 23/02/2022, às 17:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0794549** e o código CRC **889BF33B**.

0003243-55.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003243-55.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: Final de Pregão Eletrônico - RP – Serviço Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN) – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 29 / 2022 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC)**, com o objetivo da **contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP** (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), com aparelhos e comodato, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO.

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0783436](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 14/2022 - PRES/DG/AJDG (0784153), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 02/2022 ([0784592](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0785641](#).

04. Foi apresentado um pedido de esclarecimento pela empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A - CNPJ/MF Nº 02.558.157/0001-62 ([0790389](#)) e não houve impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas Comprasnet ([0790769](#));

b) **Proposta da empresa CLARO S/A - CNPJ/MF Nº 40.432.544/0001-47** (evento [0791338](#)).

c) **Documentos de habilitação da empresa CLARO S/A - CNPJ/MF Nº 40.432.544/0001-47** ([0791342](#), [0791347](#) e [0791349](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

06. Solicitação de análise técnica pela SLC ([0791351](#)) a COSEIC, quanto aos documentos de habilitação e aceitação do item 2, com proposta de preço reduzido pela única licitante do certame CLARO S/A. Em resposta a unidade solicitante da contratação se manifestou pela regularidade dos documentos de habilitação e aceitação da proposta apresentada para o item 2 ([0791409](#)). O item 1 do objeto restou fracassado no certame.

07. Na continuidade, o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do pregão ([0791926](#)); o Resultado por Fornecedor ([0791927](#)) e o Termo de Adjudicação ([0791935](#)). O resultado do julgamento foi publicado no Diário Oficial da União n. 34 e no Diário da Justiça Eleitoral n. 33, do dia de hoje, 17/02/2022 ([0792716](#)).

08. Por fim, em seu relatório ([0791960](#)), o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame, manifestando-se pela homologação, nos termos da adjudicação realizada ([0791935](#)).

09. Assim instruídos, vieram os autos para análise desta Assessoria. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2022

10. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0785641](#)).

11. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

12. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

I – Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital:

Foi apresentado um pedido de esclarecimento (0788811) e não houve impugnação ao Edital.

Considerando que os esclarecimentos do Pregoeiro foram devidamente fundamentados pela área técnica da contratação ([0790389](#) e [0790769](#)), esta AJDG não observou nenhuma ressalva a fazer, pois em nenhuma das situações apresentadas pela empresa CLARO S/A observou-se a necessidade de alteração do Edital ([0788811](#) e [0790482](#)).

II - Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve.

III – Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0791337](#)) e na ata do certame ([0791926](#)). Não houve recusa de lances.

IV - Fases de negociação/aceitação: As ocorrências estão registradas na ata do certame ([0791926](#)) e relatadas pelo Pregoeiro ([0791960](#)). As justificativas apresentadas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

V - Item deserto: Para o **item 1** não houve interessados.

VI – Fase de Habilitação: a licitante habilitada pelo Pregoeiro para o **item 2** - empresa **CLARO S/A - CNPJ/MF Nº 40.432.544/0001-47**, atendeu aos requisitos de habilitação demonstrados através de documentações juntadas ao feito ([0791342](#), [0791347](#) e [0791349](#)).

VIII – Recursos: Não houve.

13. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às empresas vencedoras.**

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. É importante registrar que, mesmo restando **deserto o item 1** da licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0791926](#)). Desta forma, para resolução do fracasso da licitação para o item 1 do certame, tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a COSEIC deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

17. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

18. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

19. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito Administrativo*, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

20. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

21. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) inevitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

22. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

23. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III – CONCLUSÃO

24. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0791935)**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

25. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do item 1 fracassado no certame, com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento do item específico no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para o objeto do item fracassado.

26. Por derradeiro, em relação ao item 1 do certame que restou fracassado, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa desse item não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 17/02/2022, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0792864** e o código CRC **E41B2527**.

0003243-55.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0003243-55.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), com aparelhos e comodato, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN). Pregão Eletrônico nº 2/2022. Homologação.

DESPACHO Nº 182 / 2022 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Coordenadoria de Segurança, Infraestrutura e Comunicação (COSEIC)**, com o objetivo da **contratação de Serviço de Telefonia Móvel Pessoal - SMP** (Móvel-Móvel, Móvel-Fixo e dados), com aparelhos e comodato, nas modalidades Local e Longa Distância Nacional (LDN), a ser executado de forma contínua, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste TRE/RO. ([0747736](#)).

Depois de realizado o certame licitatório, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para análise final, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 2/2022 ([0784592](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0791337](#)), a Ata do Certame ([0791926](#)), termo de adjudicação ([0791935](#)) e publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([0792716](#)). Por fim juntou o Relatório nº 6/2022 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0791960](#)), expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise.

Houve um pedido de esclarecimento, devidamente respondido ([0790389](#)). Houve uma complementação na resposta, visto que a solicitante achou insuficiente a resposta anterior ([0790482](#)). Não houve impugnação ao edital ou intenção de recurso no curso do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedora do certame a licitante CLARO S.A, CNJP 40.432.544/0001-47, item 2. O item 01 restou deserto. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora. Valor total adjudicado R\$ 465.434,40 (quatrocentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 22/2022 (0792864), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (0791935), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta do item deserto com



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressaltou que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenha restado deserto o item supramencionado, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico (0791926).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 2/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0791935](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À STIC para se manifestar sobre a contratação direta do item 1, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento do item específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura.

A unidade solicitante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto, conforme mencionado no item 26 do Parecer Jurídico n. 29/2022 (0792864).

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 18/02/2022, às 15:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0792982** e o código CRC **79B14541**.

0003243-55.2021.6.22.8000